



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM



**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO
EUROPEIA N.º 01/AIM/2025**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE MICROSOFT PARA A LOJA DO
CIDADÃO DA MADEIRA**

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Aprovado por unanimidade por
deliberação do Conselho
Diretivo de 09.07.2025





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

PARTE I
Cláusulas Jurídicas Gerais

Artigo 1.º

Objeto do concurso

O presente concurso, com publicação do respetivo anúncio no Diário da República (“DRE”) e no Jornal Oficial da União Europeia (“JOUE”), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”), tem por objeto a adjudicação de uma proposta para a celebração do Contrato de **“Aquisição de Serviços de Licenciamento de Software Microsoft para a Loja do Cidadão da Madeira”** e rege-se pelo disposto no presente Programa de Concurso, no Caderno de Encargos e respetivo anexo.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Agência de Inovação e Modernização da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM, adiante designada por AIM, IP-RAM, com sede na Av. Arriaga, 42-B, 3.º andar, S.3.2, Edifício Arriaga, 9000-064 Funchal, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva (“NIPC”) 517.252.481, com telefone n.º (351) 291 212 222 e com o endereço eletrónico: aim@madeira.gov.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar e decisão de autorização da despesa

1. A decisão de autorização de despesa, foi tomada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário Regional das Finanças, através do seu despacho datado de 27 de junho de 2025.
2. A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho Diretivo da AIM, IP-RAM, por deliberação datada de 3 de julho de 2025, no exercício das competências delegadas pelo Exmo. Senhor Secretário Regional das Finanças, através do Despacho n.º 522/2025, de 27 de junho, publicado na II Série, número 115 do Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, de 30 de junho.
3. Foi obtida autorização para a assunção de encargos plurianuais, por despacho datado de 08.07.2025, pelo Excelentíssimo Senhor Secretário Regional das Finanças, nos termos do n.ºs 1 e 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e considerando o disposto na alínea





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

b) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nas suas atuais redações, do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2025/M, de 2 de julho, que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2025 e do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2024/M, de 11 de setembro (EORAM2024), que se mantém em vigor por força do disposto no artigo 32.º daquele diploma (N.: SRF/9306/2025, de 09-07-2025).

4. Foi obtida autorização prévia do Excelentíssimo Senhor Secretário Regional das Finanças, mediante parecer da Direção Regional de Informática n.º 89/2025, de 12 de junho, para a celebração do contrato de aquisição de serviços de licenciamento de *software Microsoft* para a Loja do Cidadão da Madeira, datada de 12 de junho, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 20.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2024/M, de 11 de setembro (EORAM 2024), em vigor por força do disposto no artigo 32.º daquele diploma.

5. Foi obtida autorização do Excelentíssimo Senhor Secretário Regional das Finanças para ultrapassar os encargos globais, bem como os valores pagos em 2024 por contrato de prestação de serviços com idêntico objeto, conforme n.º 3 do artigo 66.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2024/M, de 29 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 1/2024/M/1, de 12 de agosto, diploma que aprovou o ORAM para 2024, atual n.º 4 do artigo 65.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2025/M, de 2 de julho (ORAM 2025).

6. As autorizações prévias patentes nos números 1, 4 e 5 foram aprovadas pelo Excelentíssimo Senhor Secretário Regional das Finanças, por despacho datado de 27 de junho de 2025, patente na “Saída n.º 7573” do Gabinete do Secretário Regional (N.: SRF/8946/2025, de 30.06.2025, AIM-IP N.: SRF/18300/2025, de 30.06.2025).

7. O Excelentíssimo Senhor Secretário Regional das Finanças delegou no Conselho Diretivo da AIM, IP-RAM todas as competências atribuídas pelo Código dos Contratos Públicos ao órgão competente para a decisão de contratar, conforme Despacho N.º 522/2025, de 27 de junho, publicado na II Série, número 115 do Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, de 30 de junho, publicado também no sítio da internet da AIM, IP-RAM <https://lojacidadao.madeira.gov.pt/>.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

Artigo 4.º

Plataforma eletrónica

O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica *Acingov*, com o endereço: <https://www.acingov.pt/>, onde são disponibilizadas as peças do procedimento.

Artigo 5.º

Esclarecimentos, erros e omissões e retificações das peças do procedimento

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso podem ser apresentados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo anterior, **até às 17h00** do dia em que terminar o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. As listas com a identificação de eventuais erros e omissões das peças do procedimento devem ser apresentadas pelos interessados no prazo e do modo previstos no número anterior.
3. Os esclarecimentos referidos no n.º 1 são prestados pelo júri do concurso, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às **17h00** do dia em que terminar o segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. Igualmente nos termos e no prazo referidos no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados.

Artigo 6.º

Documentos que constituem as propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos, **sob pena de exclusão**:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), cujo modelo se encontra disponível para upload em: [https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt](https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt;);
 - b) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I-M** do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, diploma que adaptou à RAM, o Código dos Contratos Públicos, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante legalmente autorizado;
 - c) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo II** ao presente programa, onde conste o atributo da proposta e a aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos;





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

- d) Certidão permanente de registo comercial, devidamente atualizada, de onde constem os poderes necessários para outorgar o contrato, ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente *on-line*; caso a referida certidão não ateste os poderes de representação dos outorgantes, deve ser apresentado documento que sirva para esse efeito, designadamente, ata de delegação de poderes de representação ou procuração.
2. Os preços constantes da proposta, que não devem incluir o IVA, são expressos em € (euros) e devem ser indicados em **algarismos** (até à segunda casa decimal) e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o indicado por extenso.
3. Caso o concorrente se apresente sob a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por:
- a) Um documento que identifique os seus membros, preenchido em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** ao presente programa;
 - b) O documento a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º (o DEUCP), que deve ser apresentado, de forma autónoma, relativamente a cada membro do agrupamento;
 - c) Documento com a indicação do representante comum do agrupamento, existindo, bem como os respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento; caso não exista representante comum do agrupamento, aplica-se o disposto no n.º 4 do artigo 10.º do Programa do Concurso.
 - d) Sob pena de exclusão, todos os documentos que constituem as propostas devem ser entregues em formato “.pdf”. devendo ser assinados eletronicamente nos moldes referidos no artigo 10.º do Programa do Concurso.

Artigo 7.º

Idioma dos documentos da proposta

Todos os documentos que constituem as propostas devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo, no entanto, admitida a apresentação de fichas técnicas e referência a termos ou expressões técnicas específicas em inglês.

Artigo 8.º





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

Apresentação de propostas variantes e leilão eletrónico

1. Não é admissível a apresentação de propostas variantes.
2. Não será realizado leilão eletrónico.

Artigo 9.º

Prazo para a apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no Artigo 4.º até às **17h00 do 30.º (trigésimo) dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia.**
2. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção (*upload*) das respetivas propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à *internet* de que dispõem, uma vez que serão excluídas as propostas que tenham sido recebidas depois da data e hora referidas no número anterior.

Artigo 10.º

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no Artigo 4.º, **devendo ser assinados eletronicamente.**
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que **permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.**
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior **pode ser substituído pelo carregamento**, na plataforma eletrónica referida no Artigo 4.º de um **documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.**
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum dos membros que o integram, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo. Não existindo representante comum, os documentos devem ser assinados por todos os





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes legais, nos termos previstos nos n.ºs 1 a 3.

Artigo 11.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 120 (cento e vinte) dias o prazo da obrigação de manutenção das propostas, contado a partir da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Artigo 12.º

Critério de adjudicação e critério de desempate

1. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, sendo adjudicada a proposta que apresentar o preço global mais baixo.
2. Em caso de empate entre as propostas, o desempate será feito por sorteio realizado pelo Júri em sessão pública, para a qual serão notificados os representantes de cada um dos concorrentes com uma antecedência mínima de 3 dias, embora a sua não comparência não prejudique a realização daquele.
3. Para efeitos do sorteio mencionado no número anterior, são colocados os nomes dos concorrentes cujas propostas estão empatadas dentro de um saco opaco. O procedimento é adjudicado ao primeiro concorrente cujo nome o presidente do Júri retirar em primeiro lugar do saco, sendo ordenada em segundo lugar a proposta do concorrente cujo nome sair em segundo lugar do saco, aplicando-se este critério sucessivamente a todas as propostas empatadas.
4. Caso seja realizado sorteio para desempate de propostas, é elaborada ata, que depois de lida é assinada por todos os presentes.

Artigo 13.º

Notificação da decisão de adjudicação

1. O órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de adjudicação que é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é ainda notificado para:





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

- a) Apresentar os documentos de habilitação previstos na cláusula seguinte, no prazo de **10 (dez)** dias;
- b) Se pronunciar sobre a minuta do contrato, no prazo de **5 (cinco)** dias;
- c) Apresentar os documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, no prazo de 10 (dez) dias, se, de acordo com a proposta adjudicada, estiver previsto que o adjudicatário irá recorrer a entidades terceiras para efeitos da execução de algumas das prestações do contrato a celebrar;
- d) Comprovar a associação dos membros do agrupamento concorrente na modalidade jurídica prevista no artigo 15.º do Programa do Concurso, se aplicável.

Artigo 14.º

Documentos a apresentar em sede de habilitação

1. O Adjudicatário deve apresentar na plataforma eletrónica referida no Artigo 4.º, no prazo de **10 (dez) dias** a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos, sob pena de caducidade da adjudicação:

- a) Declaração elaborada de acordo com o modelo constante do **Anexo IV** ao presente programa;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, a saber:
 - i) Certificado comprovativo de que o Adjudicatário se encontra com a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal e à Região Autónoma da Madeira ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - ii) Certificado comprovativo de que o Adjudicatário se encontra com a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iii) Certificado de registo criminal da pessoa singular ou da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, de como não foram condenados por sentença transitada em julgado, ou, em caso afirmativo, se já ocorreu a sua reabilitação, por algum dos crimes previstos nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

- c) Documento comprovativo da submissão da declaração efetuada no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) **atualizado**, ou documento equivalente emitido no Estado em que seja nacional ou em que se situe o seu estabelecimento principal, sempre que ao mesmo esteja vinculado;
 - d) Declaração relativa a trabalhadores estrangeiros, conforme modelo constante do **Anexo V** ao presente Programa, ou declaração de não aplicação, consoante o caso;
 - e) Certidão permanente de registo comercial, devidamente atualizada, de onde constem os poderes necessários para outorgar o contrato, ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente *on-line*; caso a referida certidão não ateste os poderes de representação dos outorgantes, deve ser apresentado documento que sirva para esse efeito, designadamente, ata de delegação de poderes de representação ou procuração.
2. O Adjudicatário está ainda obrigado, no mesmo prazo indicado no número anterior, a fazer prova do cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, devendo apresentar, em relação ao último exercício económico disponível, os seguintes documentos, sob pena de caducidade da adjudicação:
- a) Última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;
 - b) Última Declaração de Rendimentos e Retenções de Residentes (modelo 10) e DMR;
 - c) Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
 - d) Anexo R da última declaração periódica do IVA.
3. Caso o Adjudicatário considere não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, deve apresentar uma declaração, sob compromisso de honra, subscrita por quem o obriga, referindo expressamente essa situação - Para o efeito, pode utilizar o Anexo VII (que após respetivo preenchimento deve ser transformado para formato PDF, e consequentemente ser assinado digitalmente por quem tiver poder de representação/vinculação da concorrente). Este anexo encontra-se não só na parte final do presente *Programa de Concurso*, como também se encontra disponível em formato editável na plataforma *AcinGov* na parte dos “Anexos”.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

4. Caso o Adjudicatário revista a forma de agrupamento, os documentos de habilitação previstos nos números anteriores devem ser apresentados por todos os seus membros.
5. Caso o Adjudicatário tenha proposto a subcontratação de alguma(s) ou todas as prestações objeto do contrato a celebrar, os documentos exigidos nos termos do presente artigo também devem ser apresentados em relação ao(s) subcontratado(s).
6. A apresentação dos documentos de habilitação pode ser substituída por indicação do endereço *Internet* onde aqueles possam ser consultados, bem como da informação necessária a essa consulta, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
7. Os documentos referidos no presente artigo devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, devem ser obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o Adjudicatário declare aceitar a respetiva prevalência sobre os originais.
8. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação, será concedido um prazo adicional destinado ao seu suprimento, de até 5 (cinco) dias.
9. Juntamente com os documentos de habilitação o adjudicatário deve apresentar a identificação completa da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato (identificação, contactos e moradas).

Artigo 15.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

1. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária das empresas agrupadas, sob pena de caducidade de adjudicação.
2. No caso previsto no número anterior, o agrupamento adjudicatário deve apresentar, no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação da decisão de adjudicação, o documento comprovativo da associação na modalidade jurídica prevista no número anterior.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

Artigo 16.º

Caução

De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, no presente procedimento não é exigida caução destinada a garantir o exato cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o Adjudicatário assume com a celebração do contrato.

Artigo 17.º

Proteção de dados pessoais

1. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), e exclusivamente para efeitos do presente procedimento pré-contratual e do cumprimento de obrigações jurídicas a que esteja adstrito, a AIM, IP-RAM, poderá tratar dados pessoais, nomeadamente de identificação e informação relativa ao registo criminal dos concorrentes/Adjudicatário, incluindo dos seus representantes, titulares de órgãos sociais, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja o Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, na estrita medida do necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.
2. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD, e exclusivamente para efeitos do presente procedimento pré-contratual, os concorrentes/ Adjudicatário irão proceder apenas ao tratamento de dados pessoais dos órgãos sociais e representantes da AIM, IP-RAM, que devem ser tratados de acordo com as imposições do RGPD e demais legislação de proteção de dados pessoais.
3. Os concorrentes, incluindo o Adjudicatário, são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos titulares dos seus órgãos sociais representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável, e prestando aos titulares dos dados as informações referentes ao processamento de dados pela AIM, IP-RAM, em cumprimento do direito à informação.
4. Os concorrentes, incluindo o Adjudicatário, têm o direito, em qualquer altura, de solicitar à AIM, IP-RAM, através de e-mail para [rgpd.aim@madeira.gov.pt], o acesso aos dados pessoais que lhes digam respeito, incluindo dos titulares dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, a sua retificação ou apagamento e a limitação do tratamento, bem como





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

a opor-se ao tratamento, requerer a portabilidade dos dados e apresentar reclamação a uma autoridade de controlo. Concretamente e no que respeita a Portugal, a entidade de controlo competente é a Comissão Nacional de Proteção de Dados / CNPD, com o seguinte contacto: geral@cnpd.pt; e website: <https://www.cnpd.pt/>.

5. Os dados pessoais relativos aos concorrentes/Adjudicatário, incluindo dos titulares dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são conservados pelo prazo legalmente devido e eliminados logo que cesse a obrigação legal ou contratual de os conservar.

Artigo 18.º

Despesas inerentes à celebração do contrato

Correm por conta do Adjudicatário todas as despesas inerentes à celebração do contrato.

Artigo 19.º

Legislação aplicável

Ao presente procedimento são aplicáveis as normas constantes do Programa e demais documentos que integram o presente procedimento, bem como as regras aplicáveis à tramitação do concurso público, tal como previstas no CCP e na respetiva legislação complementar.

Artigo 20.º

Consulta preliminar

Nos termos do artigo 35.º-A do CCP, foi efetuada uma consulta preliminar ao mercado, na qual foram pedidas as informações constantes do **Anexo VI** ao presente Programa.

NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 49.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP):

- **TODAS AS REFERÊNCIAS A NORMAS/HOMOLOGAÇÕES E A ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DEVEM SER CONSIDERADAS, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, ACOMPANHADAS DA MENÇÃO «OU EQUIVALENTE»;**
- **TODAS AS INDICAÇÕES A MARCAS COMERCIAIS OU INDUSTRIAIS DE PATENTES OU MODELOS PRESENTES NAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DEVEM SER CONSIDERADAS, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, ACOMPANHADAS DA MENÇÃO «OU EQUIVALENTE».**





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO I-M
Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre

1 Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

2 No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

3 Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II -M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

⁴ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO II

Declaração da proposta

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do programa do concurso)

1. ... (nome, número de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público com publicidade internacional tendente à celebração de contrato de **“Aquisição de Serviços de Licenciamento de Software Microsoft para a Loja do Cidadão da Madeira”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2. Declara ainda que a sua representada executará o contrato a celebrar na sequência do concurso público identificado, nos termos da Cláusula 8.ª, n.º 1, do Caderno de Encargos, pelo **preço anual de€ (....euros), o que perfaz o valor global de €(.... euros)**. Ao preço global mencionado acresce o valor do imposto sobre o valor acrescentado, à taxa de ... %, que se fixa em € ... (.... euros), de acordo com o seguinte:

			EAS - M365 E3		
Licenças Microsoft	Part Number	Item	Qtd	Valor unitário	Valor total
		Perfil 1			
	AAA-10756	M365 E3 Original Existing Customer Sub Per User	170		
	KF5-00002	Defender O365 P1 Sub Per User	170		
		Perfil 3			
	AAA-28605	M365 E5 Original Existing Customer Sub Per User	5		
		Perfil 4			
	T6A-00024	O365 E1 Existing Customer Sub Per User	75		





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e no artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

[Local], [data]

[assinatura, em conformidade com o previsto no artigo 57.º, n.ºs 4 ou 5 do CCP]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO III

Identificação dos membros do agrupamento
(a que se refere o artigo 6.º, n.º 3, alínea a) do Programa)

Designação Social	Sede	NIPC	Capital Social





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO IV

Modelo de declaração

(a que se refere o artigo 14.º, n.º 1, alínea a) do Programa do Concurso, que corresponde ao Anexo II-M a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de concurso público tendente à celebração do contrato de **“Aquisição de Serviços de Licenciamento de Software Microsoft para a Loja do Cidadão da Madeira”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data),

... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO V

Declaração relativa a trabalhadores estrangeiros

(a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 14.º do Programa)

...(Nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) do procedimento de concurso público tendente à celebração do contrato de **“Aquisição de Serviços de Licenciamento de Software Microsoft para a Loja do Cidadão da Madeira”**, declara para os devidos efeitos legais, nomeadamente à luz do disposto no n.º 5 do artigo 198.º-A da Lei nº 23/2007, de 4 de julho, que a sua representada (2) cumpre todas as obrigações legais relativamente a trabalhadores estrangeiros utilizados na realização dos trabalhos objeto do contrato a celebrar ao abrigo do procedimento mencionado, designadamente a legislação laboral e as obrigações de declaração de rendimentos sujeitos a desconto respeitantes à Administração Tributária e à Segurança Social.

...[local] ... [data]

[assinatura] (3)

(1) Aplicável apenas a adjudicatários que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o adjudicatário ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO VI

Consulta preliminar

(a que se refere o artigo 20.º do Programa)

1. Objeto da consulta preliminar

A consulta preliminar tem por objeto a definição do preço base para o procedimento de aquisição de serviços de Licenciamento de Software Microsoft, na modalidade de subscrição de Licenças para a AIM, IP-RAM, por um prazo a definir de 12 ou 36 meses, que será desencadeado após a realização da consulta preliminar.

2. Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante da presente aquisição de serviços é a Agência de Inovação e Modernização da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM (AIM, IP-RAM), com sede na Avenida Arriaga n.º 42-B, 3.º andar, S. 3.2 – Edifício Arriaga, 9000-064 Funchal, com o telefone n.º 291 212 222 e endereço eletrónico aim@madeira.gov.pt.

3. Órgão responsável pela autorização da consulta preliminar ao mercado

A decisão de autorizar a realização da consulta preliminar foi tomada por despacho do Conselho Diretivo da Agência de Inovação e Modernização da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM.

4. Prazo para a entrega de orçamentos

Todos os interessados devem remeter o orçamento para o endereço eletrónico compras.publicas.aim@madeira.gov.pt até às **17h do dia 21 de abril de 2025**.

5. Especificações Técnicas:

Agência de Inovação e Modernização da Região Autónoma da Madeira, IP-RAM									
			Cenário 1			Cenário 2			
			EAS - M365 E3			CSP			
Licença Microsoft	Part Number	Item	Qtd	Valor unitário	Valor total	Qtd	Valor unitário	Valor total	
		Perfil 1							
	AAA-10756	M365 E3 Original Existing Customer Sub Per User	170			170			
	KF5-00002	Defender O365 P1 Sub Per User	170			170			
		Perfil 3							
	AAA-28605	M365 E5 Original Existing Customer Sub Per User	5			5			
		Perfil 4							
	T6A-00024	O365 E1 Existing Customer Sub Per User	75			75			
					1 Ano	- €	1 Ano	- €	
					3 Anos	- €	3 Anos	- €	

Notas:

Os valores não incluem IVA.

Data do fim do Contrato Microsoft - 30-06-2025





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

6. Local dos serviços

- Sede da AIM, IP-RAM, sita Avenida Arriaga 42-B, 3º andar, S. 3.2, Edifício Arriaga, 9000-064 Funchal.
- Loja do Cidadão da Madeira, sita na Avenida Arriaga n.º 42-A, 9000-064 Funchal;

7. Elementos a apresentar no âmbito da presente consulta

Os interessados devem apresentar:

- a) O preço unitário e global para os serviços de licenciamento durante um período de 12 meses e de 36 meses, e o IVA correspondente, se aplicável.
- b) Cópia do Registo Central do Beneficiário Efetivo e da certidão permanente ou código de acesso online para confirmação de que não existem entidades a convidar que estejam especialmente relacionadas entre si.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, IP-RAM

ANEXO VII

Declaração sob compromisso de honra

**Para efeitos do n.º 5 do art.º 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14/08,
que adapta o CCP à RAM**

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) declara sob compromisso de honra, para efeitos do n.º 5 do art.º 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14/08, que adapta o CCP à RAM, **sob compromisso de honra**, que a sua representada, tendo conhecimento que o adjudicatário está obrigado a fazer prova do cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, **não preenche** as condições legais relativas ao cumprimento das seguintes obrigações declarativas:

(indicar documentos a que a entidade está **dispensada** de entregar)

- a) Última Declaração de Rendimentos **Modelo 22**;
- b) **Anexo C** do modelo 22, caso o Adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;
- c) Última Declaração de Rendimentos e Retenções de Residentes (**Modelo 10**);
- d) Declaração Mensal de Remunerações (**DMR**) no formato da Autoridade Tributária e Aduaneira;
- e) **Anexo Q** da última informação empresarial simplificada (IES);
- f) **Anexo R** da última declaração periódica do IVA.

... (local),... (data),...

